



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005521-64.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **DEAN WANDERSON DOS SANTOS FERREIRA**
 Impetrado: **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS - SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

DEAN WANDERSON DOS SANTOS FERREIRA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a expedição de sua CNH definitiva, em razão de duas infrações de trânsito que teriam sido praticadas no dia 02/07/2016, às 01:50 horas, referentes aos Autos de Infração de Trânsito 3B8283436 e 3B8283437. Alega que interpôs recurso administrativo que foi indeferido e que não foi abordado pelo agente de trânsito autuador, tendo sido autuado duas vezes pela mesma infração, configurando *bi in idem*, o que é vedado pelo Ordenamento Jurídico. Requer a concessão liminar para retirada da restrição de seu prontuário e, alternativamente, a suspensão dos efeitos dos mencionados AIT's a fim de possibilitar a renovação de sua CNH. Por fim, requer seja declarada sua não responsabilização pelas referidas infrações de trânsito.

A inicial veio acompanhada de procuração, declaração de hipossuficiência e documentos (fls.11/16).

A liminar foi indeferida (fls. 17/18).

Seguiram-se as informações (fls. 28/30) que vieram acompanhadas de documentos (fls. 31/38). Relata a autoridade apontada como coatora que o impetrante, portador da Permissão para Dirigir nº 06589184473, possui em seu prontuário duas infrações de trânsito referentes aos AIT's 3B8283436 (enquadramento 52151-Dirigir ameaçando os pedestres que estejam atravessando a via pública) e 3B8283437 (enquadramento 52152 – Dirigir ameaçando os demais veículos), ambas de natureza



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

gravíssima. Afirma que o obstáculo ao requerimento de expedição de sua CNH definitiva se deu pelo não preenchimento dos requisitos previstos no artigo 148, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro.

O Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 41).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Pelo que se observa dos autos, quando da não concessão da CNH definitiva, em virtude das multas, o impetrante apresentou defesa e o seu pedido foi indeferido.

Não se pode olvidar que no caso não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação, o que só não ocorreu pelo fato de o impetrante ter obtido liminar na Justiça.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

No caso dos autos o impetrante simplesmente não preencheu os requisitos exigidos objetivamente pela legislação específica para obter a carteira definitiva, o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

impede o reconhecimento da ilegalidade ou abuso por parte da autoridade coatora.

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

No mais, não se verifica a ocorrência de violação ao princípio do *non bis in idem* já que se trata de infrações distintas, conforme se observa nos AIT's de fls. 35/36.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado a A.J.G. Sem honorários advocatícios ante o que dispõem a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

P.I.

São Carlos, 16 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**